



MATO GROSSO, A CAPITANIA FRONTEIRA: FORTES E PRESÍDIOS NA FRONTEIRA OCIDENTAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Bruno Mendes Tulux¹

Mestrando em História – UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)

Resumo: O presente artigo apresenta de forma sintética a posição de destaque assumida pela capitania de Mato Grosso durante o curso do século XVIII, colaborando para a formação da fronteira colonial na América do Sul. A metodologia adotada para compreensão desta proposta de estudo está baseada na análise da bibliografia que discute a construção dos limites da América Portuguesa e dos documentos produzidos a partir de meados desta centúria, em especial à raia oeste de Mato Grosso. Neste sentido, este breve artigo não pretende esgotar o assunto que trata da construção da barreira militar mato-grossense, mas levantar novas hipóteses e lançar olhares para o sertão colonial na constituição dos limites nacionais.

Palavras-chaves: Fronteira mato-grossense; fortificações coloniais; sistema de defesa militar.

Mato Grosso, the border captaincy: forts and prisons in the ocidental frontier from Portuguese America

Abstract: This article summarizes the prominent position taken by the captaincy of Mato Grosso in the course of the eighteenth century, contributing to the formation of the colonial frontiers in South America. The methodology adopted for understanding this study is based on the analysis of the literature that discusses the construction of limits of the Portuguese America and the documents produced from the middle of this century, particularly in the west of the Mato Grosso. Thus, this brief article does not exhaust the subject that deals with the construction of the military frontier of Mato Grosso, but raise new hypotheses and release looks into the wilderness in the constitution of colonial national boundaries.

Keywords: Mato Grosso's frontier; colonial forts; colonial defense system.

A história da conquista e colonização do interior da América do Sul, realizada após a travessia do oceano Atlântico pelos primeiros navegantes no final do século XV, foi protagonizada por europeus, índios, africanos e homens nascidos no continente americano que, atuando e relacionando-se intensamente, em diversas ocasiões deixaram suas marcas no passado dessa região. Nesta condição a construção das raias coloniais no interior da América do Sul acompanhou o litígio fronteiriço entre Portugal e Espanha,

¹ Graduado em História-Licenciatura pela UFMS e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela UFGD, onde desenvolve o projeto de pesquisa O Presídio de Miranda no contexto da fronteira da capitania de Mato Grosso (1797 – 1835); bolsista CAPES.



estendendo-se até a bacia platina, modificando a fronteira inicialmente proposta entre os domínios lusos e castelhanos na região desde o século XVII² e que esteve, ainda, sob iminente disputa até a década de 1860³. Ultrapassando o limite virtual proposto ainda durante o processo de desenvolvimento das grandes navegações⁴ os fluxos expansionistas no interior sul-americano acabaram criando um panorama bastante complexo que se desenvolveu em uma região quase desabitada⁵ e carente de ações conjuntas onde se pudesse efetivamente afirmar e dar a posse da terra àqueles colonos que ousaram ultrapassar os limites litorâneos em busca do rápido enriquecimento.⁶

Até o século XVII boa parte da América do Sul esteve sob o domínio da coroa de Castela e as constantes andanças e invasões realizadas por colonos paulistas-portugueses foram toleradas durante décadas. Este quadro de desrespeito às convenções fronteiriças apresentou-se não só na América, mas também no continente asiático, região onde essa situação se repetiu, porém, com os papéis invertidos.⁷ A inoperância da fronteira proposta, baseada em linhas divisórias virtuais, e a vastidão das distantes terras centrais acabou estimulando o livre trânsito de tropas lusas por todo o sertão sul-americano em busca do *Eldorado*. O final do século XVII ficou marcado por um intenso processo de exploração e reconhecimento do sertão⁸, já que não houve efetivamente a colonização dessas imensas áreas por conta das autoridades castelhanas. Porém, foi

² A expansão ocidental do território colonial português ocorreu, principalmente entre os séculos XVII e XVIII e foi promovido, sobretudo, por colonos do planalto de Piratininga que o fizeram em busca de alternativas para a manutenção das vilas paulistas durante este período. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) **História geral da civilização brasileira. 1. A época colonial 1. Do descobrimento à expansão territorial.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, pág. 273-275.

³ Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pág. 99-101.

⁴ O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro limite acordado entre as coroas ibéricas que atuou sobre o território americano. Cf. FARIA, Miguel. Mato Grosso: estado fronteira. **Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil.** Lisboa: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999, pág. 164.

⁵ A utilização do termo *desabitada* refere-se à colonização de origem européia e não à presença do homem no território, pois, vestígios da ocupação humana nesta região remontam à data de dez mil anos antes do presente. Cf. MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul.** 2ª edição. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002, pág. 35-38.

⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pág. 43-52.

⁷ Cf. GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas: o tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. **Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil.** Lisboa: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999, pág. 68.

⁸ Cf. SCHÜRMAN, Betina. Refundação urbana e fronteiras de guerra: a rede urbana colonial na América Espanhola e Portuguesa no século XVIII. **Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.** Cuiabá: Vol. 4, N. 2, Julho-Dezembro/2003, pág. 40-41.



somente após a descoberta de metais preciosos e o incremento da atividade mineradora na região central do continente que se deu início ao processo de colonização do interior da América do Sul por Portugal.⁹

A constituição da fronteira oeste da América Portuguesa¹⁰, os limites ocidentais da capitania de Mato Grosso, tem como marco o processo de criação dos primeiros núcleos urbanos no sertão intra-americano. O século XVIII nesta região foi marcado inicialmente pela fundação dos centros mineradores de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, em 1727¹¹, e Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752¹², localizados no extremo oeste da colônia portuguesa na América, território onde também foi criada a capitania de Mato Grosso a partir do desmembramento de parte do território de São Paulo, em 1748.¹³ A importância da mineração como atividade econômica no plano colonial deu-se por motivos diversos, mas foi intensificada após o declínio do comércio internacional do açúcar e pela dificuldade em obtenção da mão-de-obra africana, que já apresentava sinais de enfraquecimento desde meados do século XVII.¹⁴ Desta forma, a criação da capitania de Mato Grosso esteve associada tanto à exploração das minas de metais preciosos descobertas no interior do continente como também pelo interesse metropolitano lisboeta em implantar um governo que tivesse autonomia para administrar e organizar a região que passou a fazer parte do território pertencente à Coroa portuguesa a partir de meados do século XVIII, com a confecção do Tratado de Madrid, fazendo frente às possíveis investidas castelhanas na região. Assim, a restauração da capitania de São Paulo no final do ano de 1764 reforçou e consolidou,

⁹ Cf. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, pág. 64.

¹⁰ A preferência em utilizar este termo em detrimento de expressões derivadas de “Brasil colonial” é fundamentada no desconhecimento que colonos e metropolitanos pudessem ter sobre constituir-se um dia em estado independente a colônia portuguesa na América. Cf. NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pág. 17.

¹¹ Cf. AYALA, S. Cardoso, & SIMON, Feliciano. **Album graphico do estado de Matto Grosso**. Campo Grande: AGIOSUL; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pág. 316.

¹² Cf. MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989, pág. 195.

¹³ Cf. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 – 1775**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, pág. 30-31.

¹⁴ Cf. PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 19ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, pág. 56 e PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. 2ª Ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979, pág. 39-45.



entre outros interesses, as intenções administrativas em tomar efetiva posse da porção setentrional da bacia platina.¹⁵

A capitania de Mato Grosso assumiu política e administrativamente, a partir de 1748, uma posição estratégica na defesa do território incorporado pelos colonos de origem lusa às posses da metrópole portuguesa, já que reconhecidos em 1750 pelo Tratado de Madrid¹⁶ e intencionalmente criados com esta finalidade os limites desta capitania demarcaram a região entre o sul da bacia amazônica até a proximidade do Chaco paraguaio e a margem direita do rio Grande¹⁷, baseados nos acidentes naturais e no princípio do *uti possedetis*. Porém, as resoluções de Madrid não foram suficientes para encerrar uma série de dúvidas quanto à localização exata da extensão territorial de cada uma das colônias ibéricas na América nem mesmo garantir que instalada a linha limítrofe esta seria respeitada por ambos os lados, devido às dificuldades em delimitá-la.¹⁸

A demarcação dos limites coloniais nesta imensa área no interior da América do Sul só foi possível pela atuação bandeirante ainda durante o século XVIII¹⁹, evento que incentivou também, algumas décadas mais tarde, a constituição da linha fortificada entre as coroas de Portugal e Espanha no interior do continente.²⁰ A fundação e consolidação de empreendimentos militares, com características de fixação e povoação do território, poderia colocar fim às questões territoriais entre os colonos que habitavam esta área ou mesmo diminuir as tensões entre as metrópoles nas proximidades da bacia

¹⁵ Cf. BELLOTTO, *ibidem*, pág. 49, 50.

¹⁶ Cf. FARIA, *ibidem*, pág. 164, 178.

¹⁷ Território que atualmente compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e que teve como limites a floresta amazônica, ao norte, os rios Paraguai e Apa, a oeste e sudoeste, o rio Paraná, a leste, e uma área adjacente ao rio Iguatemi, ao sul. Cf. GOES, Synésio Sampaio. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. **Revista OCEANOS – a formação territorial do Brasil**. Lisboa: Núm. 40, Outubro/Dezembro de 1999, pág. 47-48, 57-58.

¹⁸ Cf. COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos: 1999, pág. 55-59, 210-212.

¹⁹ Cf. ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, pág. 221.

²⁰ Cf. TULUX, Bruno Mendes. A defesa do oeste colonial no contexto da segunda metade do século XVIII – O sul da capitania de Matto Grosso. **Mneme – Revista de Humanidades**. Caicó: V. 9, n. 24, Set./out. 2008, sem paginação



platina, já que uma vez assentadas praças militares seria mais fácil povoar o território, criando uma barreira urbana na região limítrofe.²¹

A política adotada pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro português à época, considerou que a militarização das regiões fronteiriças do território colonial deveria ser uma das prioridades de sua administração. A preocupação em guarnecer a fronteira não ficou restrita apenas ao território litigioso que se estendeu na direção oeste, mas, muito mais que isso, essa prerrogativa esteve à frente em várias outras regiões já que a intenção em militarizar os limites portugueses estaria agregada a uma série de outros benefícios para a colônia. No caso da região em questão a descoberta dos núcleos mineradores de Cuiabá e Vila Bela, a criação da capitania de Mato Grosso, a preservação do entreposto de abastecimento das monções na vila de Camapuã, a proteção contra investidas castelhanas, a povoação da via flúvio-terrestre que ligava a região mineradora até os portos litorâneos atlânticos, a proteção do Rio de Janeiro e o desenrolar dos conflitos platinos no sul da colônia compõem o quadro de benefícios e motivações que incentivaram a composição de uma barreira defensiva no oeste colonial.²² A região fronteiriça entre as coroas espanhola e portuguesa na América do Sul pode ser entendida, portanto, como uma zona de conflitos e interesses territoriais ou mesmo como uma área a ser defendida no processo de colonização da porção central sul-americana.²³

Entendendo que as fortificações militares são construções funcionalistas por natureza que obedecem ao desenvolvimento tecnológico de sua época²⁴ estas estruturas foram projetadas com a finalidade única e exclusiva de combater e compor em cenário bélico, pois, sua existência está associada à estabilidade de uma autoridade central sobre determinado território.²⁵ Portanto, a criação do Forte Nossa Senhora da Conceição entre

²¹ Cf. NOVAIS, *ibidem*, pág. 25 e SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____ (org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pág. 61, 71, 80-81.

²² Cf. BELLOTTO, *ibidem*, pág. 70.

²³ Cf. FARIA, *ibidem*, pág. 164.

²⁴ Cf. MORI, Victor Hugo, LEMOS, Carlos A. Cerqueira & CASTRO, Adler Homero F. de. **Arquitetura militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003, pág. 19.

²⁵ Cf. KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pág. 157.



os anos de 1759 e 1770²⁶, do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi no ano de 1767²⁷, do Forte de Nova Coimbra em 1775²⁸, do Real Forte Príncipe da Beira em 1776²⁹ e do Presídio de Miranda em 1792³⁰ são pontos nevrálgicos para o entendimento da criação do sistema de defesa territorial³¹ que atuou na guarnição dos limites da fronteira da capitania de Mato Grosso com os domínios hispânicos na América.³²

Os métodos disponíveis para efetuar a proteção do território foram alterados profundamente durante o século XVIII em toda a América portuguesa, já que os descobrimentos auríferos no interior do continente e a evolução das técnicas militares de defesa e ataque forçaram a administração lusitana a instalar obrigatoriamente milícias regulares no território, estruturando e consolidando assim a fronteira oeste colonial.³³ O estudo dos sistemas de defesa da América portuguesa apresenta-se como relevante meio para se entender a localização da fronteira lusa no Novo Mundo, já que, de maneira geral, é possível perceber lacunas da historiografia colonial sobre a constituição da defesa territorial.³⁴ Desta forma, a questão fronteiriça da capitania de Mato Grosso apresenta subsídios para a compreensão dos limites territoriais no continente, que também podem ser aplicados nas demais áreas de fronteira da colônia.

²⁶ Fundado no rio Guaporé pelo Capitão General Rolim de Moura. Cf. BARRETO, Aníbal. **Fortificações do Brasil (Resumo histórico)**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1958, pág. 58, 73.

²⁷ Fundado no rio Iguatemi por Morgado de Mateus, governador da capitania paulista. Cf. MARTINS, Gilson Rodolfo. Forte Iguatemi: sua construção e importância na definição dos limites territoriais brasileiros – ano 1767. **Revista ARCA**. Campo Grande: Núm. 3, Visuarte, Dezembro de 1992, pág. 40.

²⁸ Fundado no rio Paraguai pelo governador Luis de Albuquerque. Cf. MELLO, Raul Silveira de. **História do Forte Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 a 1802)**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959, pág. 73.

²⁹ Teve sua construção iniciada em 1776 durante o governo de Luis de Albuquerque, no rio Guaporé. Cf. MEIRELES, *ibidem*, pág. 178.

³⁰ Fundado no rio Miranda pelo governador e capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Cf. MELLO, Raul Silveira de. **Para além dos bandeirantes**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968, pág. 179.

³¹ Conforme o entendimento de *sistemas de defesa* em BARRETO, *ibidem*, pág. 13, 18-19, 309.

³² A construção da idéia de um *sistema de defesa* na capitania de Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII só é possível quando analisadas também a fundação de vilas, registros, baterias e arraiais nas áreas adjacentes às principais fortificações que atuando logisticamente como base de apoio e abastecimento, permitiram que estes baluartes executassem suas atividades, voltando-as exclusivamente ou principalmente para a atividade militar.

³³ Cf. MORI et all., *ibidem*, pág. 141, 145.

³⁴ Cf. ALBUQUERQUE, Marcos, LUCENA, Velela & WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente**. Recife: Graftorre, 1999, pág. 11.



A confecção dos tratados limítrofes que atuaram na delimitação e demarcação dos territórios coloniais lusos e castelhanos no interior do continente americano, no momento posterior à criação da capitania de Mato Grosso, demonstrou a efetiva imprecisão dos domínios das metrópoles ibéricas sobre o sertão colonial sul-americano.³⁵ A crença em que a floresta amazônica e a cordilheira dos Andes funcionariam como proteção natural do território castelhano fez com que os colonos hispânicos descuidassem da fronteira com Portugal³⁶; a geomorfologia pouco propícia para a fundação de cidades com traçado espanhol no rio Paraguai e seus afluentes inibiu a fixação de núcleos castelhanos nessa região, o que acabou favorecendo o rápido avanço luso para o interior do continente. Enquanto as investidas espanholas para a colonização da América do Sul resultaram na fundação racional de cidades quadriculadas que cresceram ordenadamente em torno de uma praça central, o processo de colonização portuguesa, ao contrário, foi totalmente baseado em um caráter experimental³⁷ conseqüentemente descontínuo, ambulante e instintivo, características que proporcionaram aos colonos lusos motivações extras para invadir o sertão e ultrapassar os limites convencionados oficialmente.

A consolidação da importância estratégica da capitania de Mato Grosso fica clara quando a análise da documentação produzida ainda no momento anterior ao processo de construção das fortificações mostra a preocupação em guarnecer militarmente os limites do território em questão. A posterior aquisição de uma substancial parcela do território central sul-americano pela coroa portuguesa acabou obrigando os governadores da capitania de Mato Grosso a desenvolverem estratégias e mecanismos para manter a posse da terra e inibir qualquer tentativa castelhana em re-incorporar estas áreas. Essa postura defensiva é demonstrada ainda no início da segunda metade do século XVIII quando o então governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, manifestando preocupações em guarnecer os limites territoriais da capitania enviou cartas ao rei de Portugal e ao secretário de estado da Marinha e

³⁵ Cf. MORI et al., *ibidem*, pág. 78.

³⁶ Cf. SCHÜRMAN, *ibidem*, pág. 43.

³⁷ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos César de. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, pág. 27.



Ultramar português informando-os as condições do contingente militar da capitania, bem como a situação de armas e munições de guerra e apresentou também uma série de mapas que demonstraram a urgência em aumentar o poder militar de Mato Grosso.

A preocupação em manter-se sempre alerta sobre uma possível retomada espanhola em busca dos domínios territoriais perdidos fica evidente durante todo o período posterior à confecção do Tratado de Madrid:

S. Mag.de manda recommendar à V. S.^a que empregue todo o cuidado, e vigilancia, em se prevenir contra quaesquer surpresas, e invazoens, que os Nossos Vizinhos insistem fazer nas Terras da Jurisdicção de V. S.^a. Não omittindo diligencia alguá, que lhe pareça conducente à defeza desta Capitania. E sendo as providencias, que se acham declaradas nas amplas Instrucçoens, que o mesmo Senhor mandou dar ao Antecessor de V. S.^a, e se lhe participaram pelas copias, que remetti à V. S.^a, as que pareceram mais uteis, e necessárias à conservação, e segurança desses Remotos Dominios: Confia S. Mag.de do zelo, e actividade de V. S.^a, que as terá dado a sua devida execução.³⁸

Apresentada clara e objetivamente como uma das razões para a criação desta capitania, o trecho acima apresentado além de mostrar a necessidade em vigiar a fronteira e, de certa forma, imprimir todos os esforços necessários para evitar a invasão pelos vizinhos castelhanos, goza também por apontar uma evidente posição diplomática instável na península Ibérica, que se reflete também nas relações entre os “vizinhos” em terras sul-americanas.

Neste sentido, também é possível perceber que a preparação para a batalha é uma das preocupações de metropolitanos portugueses e autoridades coloniais mato-grossenses, como, por exemplo, fica nítida esta postura através do envio de uma série de

³⁸ FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. *Oficio (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho em que comunica a ordem de Sua Magestade para que tenha todo o cuidado e vigilância em se prevenir contra quaisquer surpresas e invasões dos castelhanos.* Rolo 12, Documento nº 751, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), Cuiabá. Lisboa: 5 de julho de 1765.



mapas que Mato Grosso, bem como a quantidade de soldados e militares em geral e artilharia, armas e demais instrumentos bélicos:

*Será presente a N. Magestade pelas Relações, Mapas incuxo o Estado, e forças desta Capitania de Mato Grosso; Assim dos Soldados Dragomens, Pedestres Aventureiros, como tambem da Artilharia, Armas, Petrechos Militares, e Muniçoens de Guerra.*³⁹

Existem dezenas de documentos informativos sobre as condições mato-grossenses em caso de uma investida castelhana na porção ocidental da capitania. Há, por exemplo, uma listagem informando as autoridades lisboetas sobre a quantidade de homens à serviço das milícias mato-grossenses em Mato Grosso, na capital Vila Bela,⁴⁰ bem como a necessidade em aumentar este contingente em vista das indisposições entre Castela e Portugal no que se refere à delimitação das posses sul-americanas. Este documento aponta para o seguinte número: 97 Oficiais e soldados brancos da Companhia de Ordenança sob o comando do Capitão Caetano Gil de Atayde; 28 homens bastardos filhos de índias com homens brancos sujeitos à Companhia de Ordenança sob a tutela do Capitão Caetano Gil de Atayde; 75 oficiais e soldados pretos da Companhia de Ordenança liderada pelo Capitão Henrique Ribeiro Cabaco; 71 oficiais e soldados pardos da Companhia de Ordenança sob as ordens do Capitão Baltazar de Britto Rocha. Ainda nesta mesma listagem há uma relação de militares que são deslocados da Vila de Cuyabá e do destacamento de Nossa Senhora da Conceição com a finalidade de guarnecer a capital Vila Bela, demonstrando o receio das autoridades locais em sofrerem um ataque surpresa: 147 homens da Companhia de Dragões, 6 soldados aventureiros e 121 soldados pedestres.

Dentre os inúmeros documentos ainda podemos notar que alguns deles relatam às autoridades a movimentação e a dimensão de tropas espanholas e missioneiros jesuítas

³⁹ Cf. COUTINHO, João Pedro da Câmara. *Carta do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho ao rei [D. José] em que informa sobre o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania*. Rolo 12, Documento nº 737, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), Cuiabá. Vila Bela: 14 de Fevereiro de 1765.

⁴⁰ COUTINHO, João Pedro da Câmara. *Carta do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que informa sobre o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania*. Rolo 12, Documento nº 739, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), Cuiabá. Vila Bela: 15 de Fevereiro de 1765.



incursionando pela região ocasionada pela desarmonia entre as coroas na Europa e refletindo este impasse na região fronteiriça da América. Este relato é feito acompanhado pelo pedido de apoio logístico e envio de recursos financeiros para a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição no rio Guaporé.⁴¹

Assim, em meio ao clima hostil da batalha é que foram criadas durante a segunda metade do século XVIII as estruturas defensivas na raia ocidental da capitania de Mato Grosso. A constituição deste sistema defensivo pode ser encarada sob duas particulares perspectivas de análise.⁴² A primeira dessas hipóteses refere-se à compreensão da sistematização do conjunto defensivo implantado na região durante o século XVIII conforme critérios específicos de guarda do território, como também para compreender o surgimento de bases de apoio como cidades e vilas, fundadas com o intuito de auxiliar o processo de manutenção das estruturas defensivas. A segunda alternativa está voltada para o estudo exaustivo dos pontos fortificados na borda oeste de Mato Grosso, analisando minuciosamente todo o processo de implantação, constituição e contribuição das fortificações que compõe este sistema de defesa territorial, além de estabelecer a distribuição geográfica destes pontos fortificados no âmbito da proteção territorial.⁴³

Partindo da premissa de que a guerra, ou a preparação para a batalha, não é apenas uma continuação da política, mas sim uma conjugação de ações e intenções sobre um objetivo específico⁴⁴, a compreensão do passado através da história militar apóia-se em conceitos voltados ao combate e que têm a finalidade de constituir, delimitar e compreender o objeto de estudo proposto inserido em um contexto histórico. Nota-se que a historiografia brasileira, relativa ao primeiro período de colonização do território, refere-se muito mais aos assuntos defensivos do litoral atlântico, abordando muito pouco o interior da Colônia.⁴⁵ Atuando no âmbito geral das questões ofensivas e

⁴¹ Cf. COUTINHO, João Pedro da Câmara. *Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a construção da fortaleza, as movimentações dos espanhóis e a dimensão de suas tropas*. Rolo 12, Documento nº 756, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFMT), Cuiabá. Nossa Senhora da Conceição: 10 de Outubro de 1765.

⁴² Cf. KEEGAN, *ibidem*, 1995, pág. 158.

⁴³ Cf. ALBUQUERQUE et al., *ibidem*, pág. 15.

⁴⁴ Cf. KEEGAN, 1995, *ibidem*, pág. 19.

⁴⁵ Cf. BARRETO, *ibidem*, pág. 15-18.



defensivas⁴⁶ a implantação e constituição deste sistema de defesa e o aprofundamento nos estudos das condições de defesa da capitania de Mato Grosso devem ser pautados em conceitos que permitam compreender as etapas de construção e consolidação desta barreira defensiva, bem como o desempenho e a importância deste anteparo de defesa na composição deste acontecimento histórico.

O acúmulo de conhecimento sobre o passado, de acordo com as manifestações e ações pretéritas dos homens e das sociedades, está em constante evolução mesmo que este acréscimo de novas informações e reflexões jamais possa modificar a história. Assim, as novas abordagens sobre o passado devem apresentar novos olhares sobre eventos históricos e, na medida do possível, responder aos questionamentos das sociedades do presente sobre a história local.⁴⁷ Para tanto, o historiador não deve ultrapassar os limites da compreensão da história, utilizando as fontes e documentos de forma racional e jamais utilizá-las para criar perspectivas falsas e julgamentos infundados sobre as ações pretéritas.⁴⁸

O acesso e seleção aos documentos textuais, imagéticos, arqueológicos, cartográficos, ou de qualquer outra natureza, consiste em uma das tarefas mais complexas para o historiador e indispensáveis para a construção de interpretações sobre o passado. Para tanto, o pesquisador deve contar com o auxílio de arquivos, bibliotecas, memoriais e centros de documentação para ordenar e classificar previamente a documentação utilizada durante a pesquisa histórica. No entanto, é preciso ter apurado senso crítico durante a pesquisa, pois entre os arquivos documentais e as instituições curadoras deve haver um elo que justifique a existência de ambos enquanto referenciais para a preservação do passado.⁴⁹

Portanto, a construção do conhecimento histórico deve se pautar no desafio de integrar a documentação aos campos teóricos específicos da pesquisa, assim como também deve o historiador ampliar sua matriz documental, utilizando técnicas, fontes e

⁴⁶ Cf. KEEGAN, John. **O rosto da batalha**. Trad. José Vieira de Lima. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1976, pág. 20.

⁴⁷ Cf. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pág. 75.

⁴⁸ Cf. FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª Ed. Lisboa: Editora Presença, 1989, pág. 92.

⁴⁹ Cf. BLOCH, *ibidem*, pág. 82-83.



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

conhecimentos de áreas próximas da história para melhor compreender o passado.⁵⁰ É desta forma que esta preliminar pesquisa pretende contribuir para a construção de mais uma alternativa de reflexão sobre o passado regional através da história militar em Mato Grosso durante o decorrer dos séculos XVIII e XIX e da posição fronteiriça assumida por esta capitania no processo de consolidação da fronteira nacional.

Neste sentido, faz-se necessário um estudo direcionado resgatando as intenções e motivações para a inserção e consolidação da capitania de Mato Grosso no plano colonial. Além disso, deve-se levar em consideração o fato de que o assim chamado campo da história militar é ainda muito pouco explorado quando se trata do Mato Grosso colonial. Neste sentido, esta breve análise teve o intuito de apresentar uma nova perspectiva de pesquisa e investigação sobre o passado na região fronteiriça da raia oeste da América Portuguesa, especialmente da região da capitania de Mato Grosso.

Endereço para correspondência:

Rua Doutor Bezerra de Menezes nº44, Vila Planalto

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

CEP 79009-130

brunotulux@hotmail.com

brunomtulux@gmail.com

Recebido em: 15/12/2010

Aprovado em: 04/10/2011

www.veredasdahistoria.com

⁵⁰ Cf. BLOCH, *ibidem*, pág. 78-81.